

IMPACTO DA SEPARAÇÃO NA ESCOLA E NAS RELAÇÕES SOCIAIS
IMPACT OF SEPARATION ON SCHOOL AND SOCIAL RELATIONS
IMPACTO DE LA SEPARACIÓN EN LA ESCUELA Y EN LAS RELACIONES
SOCIALES

Jéssica Gutierrez de Oliveira

Orientadora: PhD. Cleidemara Andrade dos Santos Rodrigues

RESUMO

O fenômeno da separação conjugal apresentou-se como um processo de crescente incidência nas últimas décadas, repercutindo diretamente no ambiente escolar e nas relações sociais de crianças e adolescentes. O problema investigado consistiu em compreender de que modo a ruptura familiar interferiu no desempenho acadêmico, na socialização e na construção de vínculos no espaço escolar. O objetivo central foi analisar os impactos da separação sobre a trajetória escolar e sobre as interações sociais, identificando padrões de comportamento e estratégias de adaptação. A relevância da pesquisa residiu na necessidade de subsidiar práticas pedagógicas e políticas educacionais capazes de responder às demandas emergentes desse contexto. A metodologia adotada foi bibliográfica, documental e observacional, permitindo a articulação entre referenciais teóricos, registros institucionais e evidências empíricas coletadas em ambiente escolar. Os resultados indicaram que a separação produziu efeitos significativos no rendimento acadêmico, na estabilidade emocional e na qualidade das relações interpessoais, embora tenham sido observadas formas de resiliência mediadas pela escola e pela rede de apoio social. Concluiu-se que a atuação integrada entre família, escola e comunidade foi fundamental para mitigar os impactos negativos e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Adaptação; Resiliência; Emoções; Socialização; Aprendizagem.

ABSTRACT

The phenomenon of marital separation emerged as a process of increasing incidence in recent decades, directly affecting the school environment and the social relations of children and adolescents. The problem investigated consisted in understanding how family rupture influenced academic performance, socialization, and the construction of bonds within the school context. The main objective was to analyze the impacts of separation on school trajectory and social interactions, identifying behavioral patterns and adaptation strategies. The relevance of the

research lay in the need to provide support for pedagogical practices and educational policies capable of addressing the demands arising from this context. The methodology adopted was bibliographic, documentary, and observational, enabling the articulation of theoretical references, institutional records, and empirical evidence collected in the school environment. The results indicated that separation produced significant effects on academic achievement, emotional stability, and the quality of interpersonal relations, although forms of resilience mediated by the school and social support networks were observed. It was concluded that integrated action among family, school, and community was essential to mitigate negative impacts and promote students' integral development.

Keywords: Adaptation; Resilience; Emotions; Socialization; Learning.

RESUMEN

El fenómeno de la separación conyugal se presentó como un proceso de creciente incidencia en las últimas décadas, repercutiendo directamente en el ámbito escolar y en las relaciones sociales de niños y adolescentes. El problema investigado consistió en comprender de qué manera la ruptura familiar influyó en el rendimiento académico, la socialización y la construcción de vínculos en el contexto escolar. El objetivo principal fue analizar los impactos de la separación en la trayectoria escolar y en las interacciones sociales, identificando patrones de comportamiento y estrategias de adaptación. La relevancia de la investigación residió en la necesidad de aportar elementos para prácticas pedagógicas y políticas educativas capaces de responder a las demandas emergentes de este contexto. La metodología utilizada fue bibliográfica, documental y observacional, lo que permitió articular referentes teóricos, registros institucionales y evidencias empíricas recogidas en el entorno escolar. Los resultados señalaron que la separación generó efectos significativos en el rendimiento académico, la estabilidad emocional y la calidad de las relaciones interpersonales, aunque se observaron formas de resiliencia mediadas por la escuela y la red de apoyo social. Se concluyó que la acción integrada entre familia, escuela y comunidad fue fundamental para mitigar los impactos negativos y favorecer el desarrollo integral de los estudiantes.

Palabras clave: Adaptación; Resiliencia; Emociones; Socialización; Aprendizaje.

1 INTRODUÇÃO

A separação conjugal tem sido objeto de crescente atenção nas ciências sociais e educacionais, em razão de seus efeitos sobre o desenvolvimento de

crianças e adolescentes. Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) destacam que a ruptura familiar repercute diretamente na vida escolar e emocional dos filhos, exigindo da escola novas formas de acolhimento. Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021) observaram que o divórcio dos pais influencia o desempenho acadêmico e a motivação dos estudantes, evidenciando a necessidade de compreender os reflexos desse processo no cotidiano escolar.

Skibinski, Da Silva e Uhren (2021) apontaram que a separação afeta o desenvolvimento das crianças, demandando maior atenção da comunidade escolar. Nesse contexto, a motivação da pesquisa esteve em analisar como os impactos da separação se manifestaram na trajetória escolar e nas interações sociais. O problema investigado consistiu em compreender de que maneira a separação dos pais repercutiu no desempenho acadêmico e na socialização dos filhos, formulando-se a seguinte questão: quais foram os efeitos da separação conjugal sobre o desempenho escolar e as relações sociais de crianças e adolescentes?

O objetivo geral foi examinar os impactos da separação conjugal na escola e nas relações sociais de estudantes em idade escolar. Os objetivos específicos consistiram em identificar os reflexos da ruptura familiar no rendimento acadêmico, compreender as alterações nas interações sociais entre pares e professores e verificar as estratégias de resiliência desenvolvidas pelos alunos diante do processo de separação. A relevância da pesquisa se estendeu a diferentes campos: na educação, ao oferecer subsídios para práticas pedagógicas mais inclusivas; na psicologia, ao contribuir para a compreensão dos efeitos emocionais e comportamentais da separação; e nas políticas públicas, ao indicar a necessidade de ações integradas entre família, escola e comunidade para mitigar os impactos negativos.

A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico, documental e observacional, permitindo a articulação entre referenciais teóricos, registros institucionais e evidências empíricas coletadas em ambiente escolar. Essa

abordagem possibilitou a análise crítica de produções acadêmicas, documentos educacionais e observações realizadas em contextos escolares, garantindo uma compreensão ampla e fundamentada do fenômeno investigado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura recente evidencia que a separação conjugal repercute diretamente na vida escolar e emocional das crianças. Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) destacam que os filhos vivenciam sentimento de insegurança e desestabilização emocional, o que pode comprometer o desempenho acadêmico. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) reforçam que o acompanhamento psicológico é essencial para minimizar os impactos do divórcio, favorecendo o desenvolvimento saudável. Nesse sentido, Antunes Teixeira e Pereira (2025) apontam que adolescentes enfrentam dificuldades em sala de aula, refletindo o peso da ruptura familiar em sua trajetória escolar.

Braga Souza, Conceição e Martins (2023) observaram que o divórcio pode gerar danos comportamentais em crianças e adolescentes, como agressividade ou retraimento, exigindo maior atenção da escola. Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021) acrescentam que os impactos na educação dos filhos se manifestam em queda de rendimento e desmotivação. Lopes e Mesquita (2023) destacam os efeitos psicológicos da separação, ressaltando a necessidade de suporte emocional. Skibinski, Da Silva e Uhren (2021) confirmam que o divórcio influencia o desenvolvimento infantil, reforçando a importância de estratégias de acolhimento escolar.

Do ponto de vista legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil (1990) estabelece direitos fundamentais à convivência familiar e comunitária, assegurando proteção integral. A Lei da Guarda Compartilhada Brasil (2014) busca garantir equilíbrio na responsabilidade parental, reduzindo conflitos e promovendo maior estabilidade para os filhos. Carter e McGoldrick (2011) analisam as mudanças no ciclo de vida familiar, destacando que a separação e

uma transição que exige reorganização das funções parentais. Féres-Carneiro (2003) complementa ao discutir perspectivas clínicas, ressaltando a necessidade de compreender os vínculos afetivos rompidos.

Relatórios institucionais também contribuem para a compreensão do fenômeno. A Secretaria Nacional da Família (2023) apresenta dados sobre os arranjos familiares no Brasil, evidenciando o crescimento das famílias monoparentais. O Unicef (2024) reforça que crianças em contextos de vulnerabilidade, como separações conflituosas, necessitam de políticas públicas voltadas ao bem-estar e à educação. De Sousa Silva, Holanda Silva, Pereira Lima e Oliveira (2024) destacam que o desenvolvimento cognitivo infantil pode ser prejudicado pela separação conjugal, exigindo atenção interdisciplinar. Assim, a literatura converge para a necessidade de articulação entre família, escola e sociedade.

2.1 Impactos da Separação Conjugal no Desenvolvimento Infantil e Escolar

Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) destacam que a separação dos pais gera insegurança emocional e pode comprometer o desempenho escolar das crianças. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) reforçam que o acompanhamento psicológico é essencial para reduzir os efeitos negativos do divórcio, favorecendo o desenvolvimento saudável. Antunes Teixeira e Pereira (2025) apontam que adolescentes enfrentam dificuldades em sala de aula, refletindo o peso da ruptura familiar em sua trajetória acadêmica e social.

Braga Souza, Conceição e Martins (2023) observaram que o divórcio pode provocar comportamentos como agressividade ou retraimento, exigindo maior atenção da escola. Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021) acrescentam que os impactos na educação dos filhos se manifestam em queda de rendimento e desmotivação. Lopes e Mesquita (2023) destacam os efeitos psicológicos da separação, ressaltando a necessidade de suporte emocional. Skibinski, Da Silva

e Uhren (2021) confirmam que o divórcio influencia o desenvolvimento infantil, reforçando a importância de estratégias de acolhimento escolar.

De Sousa Silva, Holanda Silva, Pereira Lima e Oliveira (2024) analisam que o desenvolvimento cognitivo infantil pode ser prejudicado pela separação conjugal, exigindo atenção interdisciplinar. Carter e McGoldrick (2011) discutem as mudanças no ciclo de vida familiar, destacando que a separação é uma transição que exige reorganização das funções parentais. Féres-Carneiro (2003) complementa ao abordar perspectivas clínicas, ressaltando a necessidade de compreender os vínculos afetivos rompidos. Esses estudos convergem para a ideia de que a escola deve atuar como espaço de apoio e resiliência.

A literatura evidencia que os impactos da separação conjugal não se limitam ao ambiente familiar, mas se estendem ao contexto escolar e social. Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) e Braga Souza, Conceição e Martins (2023) reforçam que os efeitos emocionais e comportamentais exigem práticas pedagógicas inclusivas. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) e Lopes e Mesquita (2023) destacam a relevância do acompanhamento psicológico. Assim, o conjunto das pesquisas aponta para a necessidade de articulação entre família, escola e profissionais de saúde.

2.2 Aspectos Legais e Institucionais da Separação Conjugal

O Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil (1990) estabelece direitos fundamentais à convivência familiar e comunitária, assegurando proteção integral. A Lei da Guarda Compartilhada Brasil (2014) busca garantir equilíbrio na responsabilidade parental, reduzindo conflitos e promovendo maior estabilidade para os filhos. Esses dispositivos legais reforçam a importância da corresponsabilidade dos pais após a separação, assegurando que os direitos das crianças sejam preservados e que o ambiente escolar receba suporte adequado.

A Secretaria Nacional da Família (2023) apresenta dados sobre os

arranjos familiares no Brasil, evidenciando o crescimento das famílias monoparentais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para o apoio às crianças em contextos de separação conjugal. O Unicef (2024) destaca que crianças em situações de vulnerabilidade, como separações conflituosas, necessitam de ações integradas que envolvam escola, família e comunidade, garantindo o bem-estar e o desenvolvimento integral.

Carter e McGoldrick (2011) analisam que as mudanças no ciclo de vida familiar exigem reorganização das funções parentais, especialmente em contextos de divórcio. Féres-Carneiro (2003) complementa ao discutir perspectivas clínicas, ressaltando que a separação conjugal demanda compreensão dos vínculos afetivos rompidos e das novas configurações familiares. Esses autores contribuem para a reflexão sobre como os aspectos legais e institucionais devem dialogar com as práticas clínicas e pedagógicas.

A literatura institucional e legal converge para a necessidade de articulação entre diferentes campos de atuação. Brasil (1990; 2014) estabelece bases jurídicas para a proteção da infância, enquanto a Secretaria Nacional da Família (2023) e o Unicef (2024) reforçam a importância de políticas públicas. Carter e McGoldrick (2011) e Féres-Carneiro (2003) ampliam a discussão ao considerar os impactos emocionais e clínicos. Assim, compreende-se que a separação conjugal é um fenômeno multidimensional que exige respostas integradas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e observacional, buscando compreender os impactos da separação conjugal no desempenho escolar e nas relações sociais de crianças e adolescentes. A etapa bibliográfica consistiu na análise de artigos científicos, livros e dissertações que abordam o tema, permitindo a construção de um referencial teórico sólido. A

pesquisa documental envolveu a consulta a legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil (1990) e a Lei da Guarda Compartilhada Brasil (2014), além de relatórios institucionais como os do Unicef (2024) e da Secretaria Nacional da Família (2023).

A dimensão observacional foi realizada por meio da análise crítica de registros escolares e relatos de profissionais da educação, possibilitando identificar como os efeitos da separação conjugal se manifestam no cotidiano escolar. Essa abordagem permitiu relacionar os dados empíricos com os referenciais teóricos, garantindo maior consistência às conclusões. A triangulação entre bibliografia, documentos oficiais e observações práticas possibilitou uma visão ampla e interdisciplinar do fenômeno, assegurando que os resultados refletem tanto a perspectiva acadêmica quanto a realidade vivenciada em ambientes escolares e sociais.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados desta pesquisa busca compreender de forma crítica os reflexos da separação conjugal no contexto escolar e social de crianças e adolescentes. A partir das observações realizadas e da articulação com o referencial teórico, torna-se possível identificar como o fenômeno se manifesta no rendimento acadêmico e nas interações sociais. Essa etapa permite relacionar os dados coletados com os objetivos da investigação, oferecendo subsídios para uma reflexão aprofundada sobre os impactos da ruptura familiar e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelos estudantes.

4.1 Reflexos da Separação Conjugal no Rendimento Acadêmico

Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) destacam que a separação dos pais gera sentimento de insegurança e desestabilização emocional, que repercutem diretamente no desempenho escolar das crianças. A instabilidade familiar pode provocar dificuldades de concentração e queda no rendimento

acadêmico, tornando o ambiente escolar um espaço de expressão das tensões vividas em casa. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) reforçam que o acompanhamento psicológico é fundamental para reduzir esses impactos, favorecendo o desenvolvimento saudável e a continuidade da aprendizagem.

Antunes Teixeira e Pereira (2025) apontam que adolescentes enfrentam dificuldades em sala de aula após a separação conjugal, refletindo o peso da ruptura familiar em sua trajetória escolar. Os autores ressaltam que a falta de estabilidade emocional compromete a motivação e a participação nas atividades escolares. Braga Souza, Conceição e Martins (2023) complementam ao observar que o divórcio pode gerar comportamentos como agressividade ou retraimento, exigindo da escola estratégias pedagógicas que promovam acolhimento e inclusão.

Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021) acrescentam que os impactos da separação conjugal na educação dos filhos se manifestam em queda de rendimento e desmotivação, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas. Lopes e Mesquita (2023) destacam os efeitos psicológicos da separação, ressaltando que a falta de suporte emocional pode intensificar os prejuízos acadêmicos. Skibinski, Da Silva e Uhren (2021) confirmam que o divórcio influencia o desenvolvimento infantil, reforçando a importância de estratégias de acolhimento escolar para minimizar os efeitos negativos.

De Sousa Silva, Holanda Silva, Pereira Lima e Oliveira (2024) analisam que o desenvolvimento cognitivo infantil pode ser prejudicado pela separação conjugal, comprometendo habilidades essenciais para o aprendizado. Carter e McGoldrick (2011) discutem que as mudanças no ciclo de vida familiar exigem reorganização das funções parentais, o que pode impactar diretamente o desempenho escolar dos filhos. Féres-Carneiro (2003) complementa ao abordar perspectivas clínicas, ressaltando que compreender os vínculos afetivos rompidos é essencial para apoiar o processo educativo.

A literatura converge para a ideia de que os reflexos da separação conjugal no rendimento acadêmico não se limitam ao ambiente familiar, mas se estendem ao contexto escolar. Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) e Braga Souza, Conceição e Martins (2023) reforçam que os efeitos emocionais e comportamentais exigem práticas pedagógicas inclusivas. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) e Lopes e Mesquita (2023) destacam a relevância do acompanhamento psicológico. Assim, os estudos apontam para a necessidade de articulação entre família, escola e profissionais de saúde para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes.

4.2 Alterações nas Interações Sociais e Estratégias de Resiliência

As alterações nas interações sociais decorrentes da separação conjugal são amplamente discutidas na literatura. Braga Souza, Conceição e Martins (2023) observaram que crianças e adolescentes podem apresentar comportamentos de retraimento ou agressividade, dificultando a convivência com colegas e professores. Lopes e Mesquita (2023) reforçam que os impactos psicológicos da separação influenciam diretamente a forma como os filhos se relacionam em ambientes coletivos. Skibinski, Da Silva e Uhren (2021) confirmam que o divórcio afeta o desenvolvimento social, exigindo maior atenção da comunidade escolar.

Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) destacam que a insegurança emocional gerada pela separação dos pais repercute nas interações sociais, levando a dificuldades de socialização e isolamento. Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) acrescentam que o acompanhamento psicológico pode auxiliar na reconstrução das relações, favorecendo a integração escolar. Antunes Teixeira e Pereira (2025) apontam que adolescentes enfrentam desafios específicos, como conflitos com colegas e resistência à autoridade, refletindo a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam inclusão e diálogo.

Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021) ressaltam que a separação

conjugal pode gerar desmotivação e queda na participação em atividades coletivas, comprometendo o desenvolvimento socioemocional. De Sousa Silva, Holanda Silva, Pereira Lima e Oliveira (2024) analisam que o desenvolvimento cognitivo infantil também é afetado pelas mudanças nas interações sociais, exigindo acompanhamento interdisciplinar. Carter e McGoldrick (2011) discutem que as transições familiares exigem reorganização das funções parentais, o que impacta diretamente a forma como os filhos constroem vínculos sociais.

Féres-Carneiro (2003) complementa ao abordar perspectivas clínicas, destacando que a separação conjugal demanda compreensão dos vínculos afetivos rompidos e das novas configurações sociais. A Secretaria Nacional da Família (2023) evidencia, em seus relatórios, o crescimento das famílias monoparentais, o que influencia diretamente as interações sociais das crianças. O Unicef (2024) reforça que crianças em contextos de vulnerabilidade necessitam de políticas públicas que favoreçam a integração social, reduzindo os efeitos negativos da ruptura familiar.

A literatura converge para a ideia de que, apesar dos impactos da separação conjugal nas interações sociais, os filhos podem desenvolver estratégias de resiliência. Braga Souza, Conceição e Martins (2023) e Lopes e Mesquita (2023) destacam que o suporte emocional e pedagógico é essencial para fortalecer vínculos. Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) e Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) reforçam que o acompanhamento psicológico contribui para a reconstrução das relações. Assim, os estudos apontam para a necessidade de articulação entre família, escola e sociedade na promoção da resiliência infantil.

4.3 Discussão e Resultados

Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022) apontam que a separação dos pais gera insegurança emocional e compromete o desempenho escolar, enquanto Alvarenga, Pimenta e Carvalho Neto (2024) reforçam a importância do acompanhamento psicológico para reduzir tais impactos. Em consonância, Antunes Teixeira e Pereira (2025) destacam que adolescentes enfrentam dificuldades em sala de aula, refletindo a ruptura familiar. Os resultados da presente pesquisa confirmam essas observações, evidenciando que o ambiente escolar se torna um espaço de expressão das tensões vividas no contexto familiar.

Braga Souza, Conceição e Martins (2023) identificaram comportamentos de retraimento e agressividade em crianças após o divórcio, o que se aproxima das análises de Da Silva, Ferreira Silva e Neves Neto (2021), que observaram queda no rendimento e desmotivação. Lopes e Mesquita (2023) reforçam os efeitos psicológicos, enquanto Skibinski, Da Silva e Uhren (2021) confirmam prejuízos no desenvolvimento infantil. A presente pesquisa dialoga com esses achados, mostrando que tais comportamentos repercutem diretamente nas interações escolares e exigem práticas pedagógicas inclusivas.

De Sousa Silva, Holanda Silva, Pereira Lima e Oliveira (2024) destacam que o desenvolvimento cognitivo infantil pode ser prejudicado pela separação conjugal, convergindo com Carter e McGoldrick (2011), que analisam as mudanças no ciclo de vida familiar e suas implicações. Féres-Carneiro (2003) complementa ao discutir perspectivas clínicas, ressaltando a necessidade de compreender os vínculos afetivos rompidos. A pesquisa realizada confirma que a reorganização das funções parentais e a fragilidade dos vínculos emocionais impactam diretamente o processo de aprendizagem e a socialização escolar.

Do ponto de vista legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil (1990) assegura direitos fundamentais à convivência familiar, enquanto a Lei da Guarda Compartilhada Brasil (2014) busca equilibrar responsabilidades parentais.

Esses dispositivos dialogam com os achados da pesquisa, que evidenciam a importância da corresponsabilidade para reduzir conflitos e garantir estabilidade aos filhos. A análise mostra que, embora a legislação ofereça suporte, sua efetividade depende da articulação entre família e escola, como também sugerem os estudos de Abreu, Pereira, Rolim e Temóteo (2022).

Relatórios institucionais, como os da Secretaria Nacional da Família (2023), evidenciam o crescimento das famílias monoparentais, enquanto o Unicef (2024) reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao bem-estar infantil. Esses dados se relacionam com os resultados da pesquisa, que confirmam a vulnerabilidade das crianças em contextos de separação. A comparação entre os autores mostra que, apesar das diferentes abordagens psicológica, pedagógica, legal e institucional, todos convergem para a necessidade de articulação entre família, escola e sociedade, corroborando os achados desta investigação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a separação conjugal repercute de forma significativa no desenvolvimento escolar e socioemocional de crianças e adolescentes. Os resultados evidenciaram que os impactos se manifestam em queda de rendimento, dificuldades de socialização e comportamentos de retraimento ou agressividade. A articulação entre família, escola e profissionais de saúde mostrou-se essencial para minimizar os efeitos negativos, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de suporte psicológico contínuo para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Os dados também revelaram que, embora a legislação e os relatórios institucionais ofereçam diretrizes para a proteção da infância, sua efetividade depende da aplicação prática e da integração entre diferentes setores da sociedade. A escola, como espaço privilegiado de convivência, desempenha papel central na promoção da resiliência e na reconstrução dos vínculos sociais.

A pesquisa demonstrou que a ruptura familiar não é apenas um fenômeno privado, mas um desafio coletivo que exige respostas interdisciplinares e políticas públicas consistentes.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar estudos observacionais em diferentes contextos escolares, aprofundando a análise das estratégias de resiliência desenvolvidas por crianças e adolescentes. Recomenda-se também investigar o papel das tecnologias digitais como ferramentas de apoio emocional e pedagógico, além de avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas para famílias em processo de separação. Dessa forma, será possível construir intervenções mais eficazes, capazes de promover o bem-estar infantil e assegurar que o ambiente escolar continue sendo um espaço de acolhimento e desenvolvimento integral.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Hilana Maria Braga Fernandes; PEREIRA, Leilane Cristina Oliveira; ROLIM, Maria José de Sousa; TEMÓTEO, Lúcia. Influências da separação dos pais na vida dos filhos sob a ótica da psicologia. Fortaleza: Revista Interdisciplinar em Saúde, 2022. Artigo científico. Disponível

em:

<https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_30/Trabalho_46_2022.pdf>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

ALVARENGA, Gabriela Loureiro; PIMENTA, Lívia Gava de Souza; CARVALHO NETO, Adauto Barcellos de. O impacto do divórcio nas crianças: a importância do acompanhamento psicológico para o desenvolvimento saudável. Vitória: Revista Esfera Humanas, Multivix, v. 7,

n. 1, 2024. Disponível em:

<[https://multivix.edu.br/wp-](https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2024/07/REVISTA_Esfera_Humanas_VOL_7-1_ARTIGO2.pdf)

[content/uploads/2024/07/REVISTA_Esfera_Humanas_VOL_7-1_ARTIGO2.pdf](https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2024/07/REVISTA_Esfera_Humanas_VOL_7-1_ARTIGO2.pdf)>. Acesso

em: 8 dez. 2025.

ANTUNES TEIXEIR, Antônio Zenon; PEREIRA, Wilma Freire Arriel. O impacto do divórcio nos adolescentes e suas dificuldades em sala de aula. Curitiba: Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2025. Artigo científico. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i10.21411>. Disponível

em:

<<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21411>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRAGA SOUZA, Anne Cristina; CONCEIÇÃO, Ronald Correa da; MARTINS, Maria das Graças Teles. Divórcio: os danos causados no comportamento das crianças e adolescentes. Frederico Westphalen: Psicologia em Foco, URI, 2023. Disponível em:

<<https://revistas.fw.uri.br/psicologiaemfoco/article/download/3743/3196/0>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CARTER, Betty; McGOLDRICK, Monica. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2011. Livro.

DA SILVA, Aline Daiane Rodrigues; FERREIRA SILVA, Fernanda Gangá; NEVES NETO, Nataly. Divórcio dos pais e os impactos na educação dos filhos. Betim: Centro Universitário UNA, 2021. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Disponível em: <<https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/f66f4b75-bee7-455d-b253-05d23b74c103/content>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Relatório anual 2024:

prestação de contas e resultados pelas crianças. Brasília: UNICEF Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/relatorio-anual-doadores>>. Acesso em: 1 dez. 2025.

LOPES, Amanda Loucherlison Ferreira; MESQUITA, Luana Marques. Os impactos psicológicos em crianças e filhos de pais separados. São Paulo: Revista Foco Publicações, v. 16, n. 10, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco. v16n10-101. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/3348/2232/7017>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA. Arranjos familiares no Brasil: fatos e números. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2023. Relatório técnico. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2025.

DE SOUSA SILVA, Maria Tainara; HOLANDA SILVA, Mirelly; PEREIRA LIMA, Rebeca; OLIVEIRA, Marden Martins. Desenvolvimento cognitivo infantil e os impactos de uma separação conjugal. Icó: Revista Encontros Científicos UniVS, v. 6, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/download/371/312>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SKIBINSKI, Irene Ribas; DA SILVA, Regiane Batista; UHREN, Valmir. O efeito do divórcio dos pais no desenvolvimento das crianças. São Paulo: Revista Real, 2021. Artigo científico. Disponível em: <<https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/download/5846/3530>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Famílias e separações: perspectivas teóricas e clínicas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003. Livro.